

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O DEBATE SOBRE O TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO NEOLIBERAL: a contrarreforma em ação

Ingrid Elionai Sousa dos Santos¹
Stephanie Xavier Sathler²
Andreia Gomes da Cruz³

RESUMO

O presente trabalho busca uma reflexão sobre o trabalho docente na educação superior durante a pandemia de COVID-19, a partir de relatos de professores pertencentes a algumas instituições de educação superior privadas localizadas no município do Rio de Janeiro. O objetivo foi compreender as transformações ocorridas nos espaços laborais em decorrência do deslocamento das aulas presenciais para o ensino remoto. Por meio do materialismo histórico dialético, procuramos analisar a contrarreforma do Estado no Brasil e seus desdobramentos no país nos governos do PT, Michel Temer e Jair Bolsonaro, cujo corolário tem sido a mercantilização da educação superior privada e a precarização do trabalho docente nessas instituições.

Palavras-chave: trabalho docente; contrarreforma; precarização do trabalho.

RESUMEN

El presente trabajo busca una reflexión sobre el trabajo docente en la enseñanza superior, a partir de los relatos de profesores pertenecientes a algunas instituciones privadas de enseñanza superior localizadas en el municipio de Rio de Janeiro durante la pandemia del COVID-19. El objetivo fue comprender las transformaciones ocurridas en los espacios de trabajo como resultado del desplazamiento de las clases presenciales para la enseñanza a distancia. A través del materialismo histórico dialéctico buscamos analizar la contrarreforma del Estado en Brasil y su despliegue en Brasil en los gobiernos del PT, Michel Temer y Jair Bolsonaro cuyo corolario ha sido la mercantilización de la educación superior privada y la precarización del trabajo docente en estas instituciones.

Palabras clave: trabajo docente; contrarreforma; precariedad laboral

¹ Graduada em Pedagogia pela UFFRJ. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino Superior e Pesquisa em Educação. ingridelij@gmail.com.

² Graduada em Pedagogia pela UFFRJ. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino Superior e Pesquisa em Educação. psathlers@gmail.com.

³ Doutora em Educação pela UFF. Atua como Professora Adjunta do Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ, onde integra o quadro docente do PPGEduc. andreiagomes25@yahoo.com.br.

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas temos presenciado cada vez mais a precarização das condições do trabalho docente. Com a instituição das políticas neoliberais nos espaços de educação superior públicos e privados, a carreira docente se mostra cada dia mais descontextualizada e desvalorizada. Nas instituições privadas de educação superior, o trabalho docente opera na lógica do ‘setor de serviços’, no qual o professor passa a ser um mero prestador de serviço, o que compromete cada vez mais a autonomia dos professores. Nesse sentido, por meio do materialismo histórico dialético, procuramos analisar a contrarreforma do Estado no Brasil e seus desdobramentos no país nos governos do PT, Michel Temer e Jair Bolsonaro, cujo corolário tem sido a mercantilização da educação superior privada e a precarização do trabalho docente nessas instituições. Além disso, utilizamos como metodologia uma revisão bibliográfica a respeito da temática, pois parte das discussões apresentadas integram as análises dos debates realizados no Grupo de Estudo e Pesquisas em Ensino Superior e Pesquisa em Educação – ESPE/UFRRJ.

2 A CONTRAREFORMA DO ESTADO E O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A resposta do capital para crise dos anos 1970 foi fixada pela implementação do neoliberalismo, que consiste em uma política econômica pós anos 1970 e que preconiza a intervenção mínima do Estado na economia em detrimento do modelo *welfare state* - um conjunto de políticas sociais que deveriam ser efetivadas pelo governo como políticas de seguridade social que tinham como pilares saúde, educação e previdência.

O neoliberalismo significou uma oposição ao Estado de Bem-Estar Social, por meio de reformas pensadas pelo capital para diminuir as funções do Estado e conter gastos públicos, além do repasse de algumas áreas do Estado para a administração privada. Corroborando, Behring (2009, p.308) destaca:

(...) a reversão do ciclo econômico, a partir de 1973, dá um novo fôlego às teses neoliberais, que atribuem a crise ao poder excessivo dos sindicatos, com sua pressão sobre os salários e os gastos sociais do Estado, o que estimula a destruição dos níveis de lucro das empresas e a inflação, ou seja, a crise é um resultado do keynesianismo e do Welfare State.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O início da implementação do neoliberalismo no Brasil começa no do Governo Fernando Collor de Mello (1990-1992). Foi um período de grande impacto para o mundo do trabalho, que atingiu o movimento dos trabalhadores, bem como outros setores, por meio do Plano Collor - um conjunto de medidas neoliberais que se valia da premissa de promover ‘melhorias’ na economia, dentre as quais destacamos: privatizações de empresas públicas, congelamento de preços e salários, confisco de depósitos bancários⁴, além da abertura ao capital estrangeiro por meio do fim do protecionismo⁵. Destarte, Maciel (2011, p.102) salienta que:

[...] o Plano Collor I anunciou a aurora na era neoliberal que tinha o combate da inflação apenas como aspecto inicial de um ambicioso processo de redefinição do padrão de acumulação capitalista e de ofensiva contra os direitos sociais e trabalhistas. Esta ofensiva tornava-se crucial para os interesses do grande capital monopolista, seja em função da perspectiva de aumento da taxa de mais-valia como forma de reversão da tendência de queda na taxa de lucro motivada pela recessão econômica, seja pela imperiosa necessidade de desencadear o processo de reestruturação produtiva, com a incorporação de novas tecnologias e novas formas de gerenciamento do processo produtivo, baseadas na desregulamentação do mercado de trabalho.

Cabe salientar que o Governo Collor atraiu inicialmente capital internacional, e teve a aprovação do bloco das frações burguesas dominantes, além do apoio da mídia. No entanto, após as medidas do Plano Collor emergiram a insatisfação popular em decorrência do confisco bancário, em especial da classe média, a abertura ao capital financeiro resultou na falência das indústrias brasileiras, no aumento das taxas de desemprego e na hiperinflação.

Além dos problemas na economia, Maciel (2011) destaca que Fernando Collor passou por um processo de investigação decorrente de um esquema de lavagem de dinheiro denunciado por seu irmão Pedro Collor. Diante da aprovação em diversas instâncias do processo de impeachment e também buscando evitar a perda dos seus direitos políticos, Collor decide renunciar ao cargo. Todavia, em dezembro de 1992, sofre a cassação do mandato.

⁴ Segundo Maciel “[...] o plano Collor determinou o confisco dos ativos de conta corrente e aplicações financeira, limitando os saques a Cr\$ 50.000,00 e Cr\$ 25.000,00, respectivamente. O saldo restante seria confiscado pelo Banco Central e devolvido após 18 meses em 12 parcelas mensais” (p.4).

⁵ Protecionismo seria a proteção da economia nacional por meio de taxas alfandegárias, contendo assim as importações e favorecendo o mercado nacional.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Em função dos fatos destacados, Itamar Franco, até então vice-presidente, assume o cargo e nomeia Fernando Henrique Cardoso (FHC) como ministro da Fazenda. FHC, de posse do cargo, elaborou um plano de estabilização da inflação, o Plano Real (SAAD, 2018), o qual foi responsável por conter a inflação e aumentar a atividade econômica do país. Dessa forma, alcançando capital político, Fernando Henrique Cardoso lançou sua candidatura para a Presidência nas eleições de 1994, conquistando o cargo com mais de 50% dos votos.

A reconfiguração do Estado a partir de 1994 seguiu orientações internacionais que se pautaram no ajuste fiscal, tendo em vista a redução do gasto público. No entanto, é importante frisar que não podemos cair no erro metodológico de isentar o Estado de sua parcela de responsabilidade em aderir a agenda neoliberal. Nesse sentido, o governo de FHC “priorizou o controle da inflação e a manutenção da estabilidade da moeda, e encaminhou, como plataforma política, a necessidade de reformar o Estado, prioridades vinculadas ao paradigma teórico neoliberal” (COUTO, 2004, p. 148).

No que se refere ao campo educativo, este passou a sofrer diversas modificações para conseguir atender as demandas do capital. Nessa nova configuração, a Educação Pública Superior no Brasil passa por mudanças significativas com o objetivo de atender a um novo projeto de sociedade, no qual a educação passa a cumprir uma nova função – deixa de ser compreendida como um direito e dever do Estado para se transformar em mercadoria pelo capital. Lima (2017, p. 7) traduz esse processo na amplificação [dos] “espaços de privatização e mercantilização do ensino”.

O cenário econômico do país já bastante fragilizado reduziu sem precedentes os gastos do Ministério da Educação no custeio e investimento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). As reformas neoliberais iniciadas no governo FHC seguiram as tendências de privatização do Ensino Superior, o que gerou um crescimento significativo das instituições privadas, em contrapartida ao corte no orçamento das universidades públicas. Cabe salientar que mecanismos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e a Constituição Federal em seu artigo 209 acabaram por favorecer tal cenário.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Podemos afirmar que o processo de reforma da educação pública superior no governo FHC gerou alterações significativas no bojo das universidades públicas federais, em especial em função da influência de organismos internacionais que têm orientado mudanças que geram sucateamento, precarização, flexibilização e mercantilização na educação. O enorme corte orçamentário no financiamento das instituições públicas no governo FHC, levaram as universidades federais a “voltarem-se para as atividades de prestação de serviços, oferecendo cursos, assessorias e consultorias remuneradas, e, assim, elas passaram a enfrentar dois polos de controle: o estatal e o do mercado” (AMARAL, 2009, p. 134 *apud* FERREIRA, 2012).

2.1 Manutenção da Reforma Gerencial do Estado: Governos Lula e Dilma

Os governos sucessores de FHC mantiveram a mesma política de ajuste fiscal de contenção de gastos públicos. Nesse sentido, o Estado garantia os interesses da burguesia e a intensificação da participação dos organismos internacionais nas áreas que permitam maior acumulação de capital, como na educação superior, sucateando cada vez mais o ensino superior público.

Na gestão do governo Lula foram realizadas algumas ações voltadas para o ensino superior, dentre elas destacam-se: Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), ambos com ênfase na democratização do acesso; no entanto, essas ações não intencionavam romper com a lógica da mercantilização e privatização do ensino superior, ao contrário, só a reforçava significativamente.

Desse modo, o acesso ao ensino superior via expansão ocorreu não para possibilitar a qualificação da formação da classe trabalhadora, mas para dar continuidade às políticas privatizantes de viés neoliberal que começaram no governo FHC. Um exemplo claro disso foi o investimento do governo Lula no PROUNI, que o utilizou como principal estratégia de expansão da educação superior, legitimando, assim, o desmonte e sucateamento das universidades públicas (GIOLO; LEHER; SGUISSARDI, 2019).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Os programas criados no governo de Lula constituíram uma nova regulação social para o campo da educação superior. Para Maués (2008, p. 12), esses mecanismos colocaram a “obrigação de resultados que exprime uma pressão social forte em favor de um sistema educacional mais ‘performático’”. Segundo o autor, esses programas criados pelo governo Lula representam as opções que o governo teve para conseguir ampliar o acesso à educação superior no país. Inclusive, o Plano de Desenvolvimento da Educação, também aprovado no governo Lula, surgiu à margem e independente do Plano Nacional de Educação (2001-2010). E havia na época, uma expectativa de que o governo Lula derrubaria os vetos impostos por FHC ao Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente no que se referia ao financiamento, como, por exemplo, elevar o percentual de gasto público em relação ao PIB para atingir 7%, ação essa que não ocorreu.

Quanto à atuação do governo de Dilma Rousseff na educação superior, esta aconteceu em conformidade com as políticas implementadas nos governos anteriores. Por exemplo, a Lei nº 13.243/2016 autoriza a compartilhamento dos equipamentos e laboratórios das universidades públicas federais com empresas por meio do discurso de estímulo à inovação.

Salientamos ainda que nos governos Lula e Dilma tivemos algumas políticas que foram e são de extrema importância para a inserção de alunos da rede pública e de estudantes negros, pardos e indígenas no ensino superior público, como a Lei de Cotas. A ambivalência marcou esses governos, pois apesar do crescimento de matrículas no ensino superior público, tivemos uma ampliação exponencial das instituições privadas de ensino superior, além de uma transferência de verba pública para este setor por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Apesar dos ganhos obtidos no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e de Dilma Vana Rousseff (2011-2016) em relação ao Ensino Superior, não podemos perder de vista que tais concessões foram formas de atender e agradar às frações burguesas. Com o processo de impeachment sofrido pela presidenta eleita Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer assume resgatando as medidas da Reforma

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

do Estado de forma mais intensificada, por meio de privatizações, cortes dos gastos públicos e políticas sociais.

2.2 Obscurantismo de Michel Temer e Jair Bolsonaro

O governo de Michel Temer (2016-2018) foi marcado por intensas disputas que impactaram as relações no âmbito social e educacional, entre elas a aprovação da PEC nº 55/2016 que limitou os gastos do Governo por 20 anos (a correção deve ser baseada na inflação anual). Na prática, esse congelamento repercutirá na educação superior gerando precarização na pesquisa, ensino e extensão, sem mencionar o sucateamento das instalações físicas e a terceirização de mão de obra. Além de impedir a efetivação do Plano Nacional de Educação (2014-2024), a chamada PEC dos Gastos considera a educação e outras políticas sociais como gastos e não investimento – um verdadeiro retrocesso.

De acordo com Melo e Sousa (2017), o governo de Michel Temer seguiu de modo muito mais agressivo o projeto de contrarreforma do ensino superior em direção ao mercado e de contraposição ao setor público. Aqui, podemos mencionar brevemente o documento “Ponte para o Futuro” que, dentre várias medidas, trouxe a diminuição dos investimentos públicos, a ampliação da privatização e terceirização, e também do trabalho flexível a partir da oferta de uma formação profissional mais flexível para atendimento ao mercado.

Costa (2019) chama atenção para a Portaria Normativa nº 20, de outubro de 2016, do governo Temer, que reduz consideravelmente o quantitativo de vagas nas instituições federais de ensino superior. A Portaria em questão é reforçada pelo projeto do Senador Magno Malta, que lançou a proposta do PL nº 193/2016 “Escola sem Partido”, com o objetivo de criar mecanismos para que os professores sejam impedidos de ‘doutrinar ideologicamente’ seus alunos, ou seja, proíbe qualquer manifestação política ideológica por parte do corpo docente.

No que concerne à essa busca incessante por informação em tempo real, podemos dizer que esse é um movimento que acaba por gerar desinformação, pois

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



impede a realização de uma pausa reflexiva para verificação dos fatos, e a análise das múltiplas narrativas que são apresentadas sobre os eventos, dificultando assim a testagem dos fatos, ou seja, vivemos uma crise de informação criada pela Modernidade. Nesse sentido, os avanços tecnológicos geram uma ideia de que vivenciamos um período em que o futuro já está posto, no qual não há espaço para rupturas das dimensões sociais, apenas melhorias.

Nesse cenário, a extrema direita ganha força em meio a população e as redes sociais. Inclusive, durante a campanha eleitoral de 2017, fez uso de discursos autoritários e ultraconservadores, além de *fake news*, estratégias que conduziram o candidato Jair Bolsonaro à Presidência, sob o slogan “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, pautado em princípios da bancada evangélica. Sobre esse aspecto, Lima (2019, p. 27) aponta que as pautas do governo Bolsonaro estavam alinhadas com as seguintes premissas: “segurança e combate à corrupção; melhoria da saúde; educação sem doutrina; e emprego e renda com equilíbrio fiscal.”

Durante a gestão de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), algumas pautas foram propagadas desde o início de seu governo, como a realização de mudanças no Estatuto do Desarmamento e o sucateamento da Educação Superior, por meio da redução dos gastos e de propostas como os projetos “Future-se” e “Crítica ao pensamento crítico.”

Para além dos cortes nos financiamentos voltados à educação, o discurso do governo Bolsonaro representou intensos ataques ideológicos contra a universidade pública, citada como espaço de balbúrdia. A Revista Época Negócios (2019, s/p) listou as principais polêmicas levantadas pelo então presidente em relação às universidades: menos investimentos em ciências humanas; punição a 'balbúrdia' das universidades federais; corte orçamentário em todas as federais; cortes de bolsas da Capes; varrer a 'ideologia' do Enem; punir alunos agressores; além de ter mantido o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM em plena pandemia de COVID-19.

Os cortes da Educação Superior não são uma novidade para docentes e discentes, pois já foram praticados em gestões anteriores; no entanto, nenhum outro governo apresentou o negacionismo científico como aspecto ideológico.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Tais assertivas atacaram diretamente a simbologia da universidade pública. O negacionismo avançou tendo como pauta o obscurantismo e a anticientificidade, com intuito de desprezar as evidências, desconsiderando a ciência e o conhecimento (SENA JÚNIOR, 2019).

Percebe-se que a contrarreforma ultraconservadora do Estado não somente almejou a privatização e financeirização das universidades federais – intenção essa que acarretaria um ganho exponencial para o mercado produtivo, pois os tentáculos do ultraconservadorismo atacariam e silenciariam todas as áreas do conhecimento que viessem a se opor ao então governo neofascista –, mas buscou colocá-las em prática por meio da concretização do ‘Future-se’, visto que esse projeto institucionalizava a mercantilização do conhecimento, pois as pesquisas ficariam reféns dos interesses do mercado.

3 AS IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA NO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO

A pandemia impactou a vida de milhões de brasileiros, especialmente os profissionais da Educação. De acordo com o Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPRO-SP), mais de 1.800 professores universitários foram demitidos durante a pandemia de Covid-19 no Estado.

Além das demissões em massa, o avanço da doença obrigou as instituições privadas a serem ágeis em suas deliberações, principalmente porque a evasão dos alunos nesse contexto significava a perda da clientela. Nascimento e Cruz (2021) apontam o avanço do uso de propostas educacionais que contribuíram para a massificação desenfreada da Educação a Distância e do ensino híbrido. Esses processos vão exigir dos profissionais da educação a apropriação de ferramentas tecnológicas com o aligeiramento e, muitas vezes, com aquisição própria de materiais.

Ao mesmo tempo, presenciamos a ausência de políticas públicas no âmbito federal para minimizar os danos causados durante a pandemia e no pós-pandemia. Enquanto os processos educativos se precarizavam, realizava-se a financeirização do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ensino superior privado, implicando diretamente nas condições de trabalho dos docentes e gerando muitas incertezas.

Com o avanço das mercantilizações e da financeirização da Educação Superior privada, cada vez mais os docentes se veem reféns dos conglomerados educacionais, e perdem sua autonomia de trabalho, uma vez que, dentro desse modelo, os materiais de estudos, as provas, vêm prontas, as aulas são gravadas e circulam infinitamente entre instituições etc.

Para exemplificar, recorreremos aos resultados obtidos em um projeto de pesquisa maior, desenvolvido no grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino Superior e Pesquisa em Educação (ESPE/ UFRRJ), em parceria com Coletivos de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX/ UFRJ). Os dados foram coletados com a utilização da ferramenta Google Forms (ferramenta do Google que facilita a realização de pesquisas à distância). Por meio de um e-mail privado, o participante respondia ao roteiro de uma entrevista que fora previamente elaborado, de modo que pudéssemos analisar os efeitos da pandemia em sua vida.

No relato abaixo, o professor 'A', do curso de Pedagogia, conta como foi trabalhar na pandemia em formato remoto e quais dificuldades enfrentou:

No início, bastante difícil. Lembro que a plataforma escolhida para as aulas síncronas era o Microsoft teams. No primeiro dia, o aplicativo não abria a minha câmera e o microfone. Tive que iniciar a aula pelo chat da sala. Alguns alunos começaram a reclamar. Aquela situação me deixou completamente desorientado. Aos poucos, fui me adaptando e tive que investir por conta própria em novos equipamentos para conseguir ministrar as aulas, como, webcam, microfone, um novo celular e mais a frente um novo notebook, e sem contar uma cadeira mais confortável, já que passava várias horas sentado. De maneira geral, foi bastante cansativo, pois trabalhava em duas outras instituições da educação básica, além da universidade privada. E em todas elas estavam no formato remoto.

Além disso, a professora 'B', docente dos cursos de Pedagogia e Direito, comentou os percalços que teve ao lecionar durante a pandemia. No relato da professora, ela informou que teve um treinamento de apenas dois dias para aprender a lidar com as funções da plataforma.

Outras questões destacadas pelos docentes foram:

- *Acessibilidade, privacidade.*

PROMOÇÃO



APOIO



- Além de ter que dominar a plataforma usada (TEAMS) rapidamente, o novo modelo de aula, exige uma metodologia diferente da presencial, é preciso antes de mais nada criar situações para que o aluno interaja com o professor e com a própria turma.
- Dificuldade em avaliar o aluno.
- Saturação no tempo ordinário da aula.
- Aprendizado diminuído.

Nesse sentido, a pandemia foi uma oportunidade de expansão de cursos na modalidade a distância para as Instituições de Ensino privadas, mas, por outro lado, professores sofreram com o aumento da precarização do trabalho nesses tempos pandêmicos. Instituições particulares de educação superior aproveitaram a 'oportunidade' e promoveram demissões de professores em massa, e lotaram salas virtuais.

O crescimento dos cursos foi alavancado pela modalidade EaD, que registrou um aumento de 26,8% no número de alunos comparados a 2019; em contrapartida, as matrículas no presencial registraram uma queda de 9,4% (Mapa do Ensino Superior, 2022, p.7).

Em relação à evasão, no primeiro ano da Covid- 19, foi verificado um pequeno crescimento nas taxas de evasão, todavia elas se mantiveram no mesmo patamar de 2019 para 2020, ou seja, “com um aumento um pouco mais acentuado de 3,3 pontos percentuais na rede pública, mais afetada com a suspensão das aulas presenciais” (Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2022, p. 36).

Em relação aos trancamentos, “70,1% dos trancamentos de matrículas em 2020 aconteceram em cursos presenciais da rede privada [...] Na rede pública, no entanto, o crescimento de trancamentos saltou 94,5% no mesmo período” (Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2022, p. 37).

Os dados evidenciam os efeitos da pandemia tanto no ensino superior público como no privado, porém para este último foi possível minimizar os prejuízos ao intensificar a exploração no trabalho docente.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



4 CONCLUSÃO

Diante de tudo que foi apresentado até aqui, entendemos que, cada vez mais, os docentes se sentem desvalorizados. Estamos caminhando em direção apartheid tecnológico e educacional que foram maximizados pela pandemia. Além disso, concordamos com Nascimento e Cruz (2021, p. 272) que destacam que “ao deslocarmos a questão para o campo educacional, constatamos que a pandemia aumentou o fosso de oportunidades entre ricos e pobres, em especial num país de capitalismo dependente como o Brasil”.

Nesse sentido, resta aos profissionais da Educação o ritmo alucinante de trabalho, uma vez que a cada semestre temos o aumento da presença de alunos nas salas virtuais (turmas com 300 alunos). Assim, nessa nova realidade, professores se veem obrigados a administrar de 20 mil a 40 mil alunos por semestre. Diante desse quadro de precarização, presenciamos, o adensamento da sobrecarga física e emocional que é traduzida em doenças posturais e psicossomática

REFERÊNCIAS

ABMES. **Portaria Normativa nº 20**, de 13 de outubro de 2016. Dispõe sobre o procedimento de redução de vagas de cursos de graduação, ofertados por Instituições de Ensino Superior – IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, e altera a Portaria Normativa nº 10, de 6 de maio de 2016. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1991/portaria-normativa-n-20>

AMARAL, N. C. Expansão-avaliação-financiamento: tensões e desafios da vinculação na educação superior brasileira. In: MANCEBO, D.; SILVA JÚNIOR, J. R. da; OLIVEIRA, J. F de; CATANI, A. M. (Orgs.). **Reformas da educação superior: cenários passados e contradições do presente**. São Paulo: Xamã, 2009. p. 113-146.

BEHRING, E. Política social no contexto da crise capitalista. In: CFESS/ ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo. Editora: Cortez, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em Constituição (planalto.gov.br). Disponível em:

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 2 mai. 2023.

BRASIL. **Lei 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 55**, de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>. Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. **Lei 13.243**, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm. Acesso em: 22 mar. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 193**, de 2016. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. **PEC/32/2020** – Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>. Acesso em: 22 abr. 2023.

COSTA, T. R. **A contrarreforma em curso no ensino superior brasileiro**. In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2019, São Luís/ MA, p.1-12. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoid_1342_13425cca18fe75aeb.pdf. Acesso em: 19 abr. 2023.

GIOLO, J.; LEHER, R.; SGUISSARDI, V. **Future-se: ataque a autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado**. Diagrama Editorial, São Carlos/SP, 2020. Disponível em: <https://www.diagramaeditorial.com.br/project/future-se/>. Acesso em 2 mai. 2023.

LIMA, K. R. **Universidade pública e contrarrevolução: da travessia de uma ponte ao caminho da prosperidade**. Revista em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, nº 44, v. 17, p.15-32, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.e->

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45207/30941. Acesso em: 18 mar. 2023.

MACIEL, D. O Governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, dezembro 2011 / Ano XIII nº 11. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/694/o/11_artigos_o_governo.pdf. Acesso em: 12 fev. 2023.

MELO, A. A. S. de; SOUSA, F. B. de. A agenda do mercado e a educação no governo Temer. **Revista Germinal: marxismo e educação em debate**. v.9, n.1, 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21619>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MAUÉS, O. **A política de educação superior para a formação e o trabalho docente: a nova regulação educacional**. Anped, 31º Reunião, GT 11, 2008. Disponível em: <http://anped11.uerj.br>. Acesso em: 12 abr. 2023. Acesso em: 3 mar. 2023.

NASCIMENTO, L.; CRUZ, A. Educação em tempos de pandemia e o fortalecimento da educação a distância no ensino superior: as oportunidades do lucrativo mercado educacional. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.13, n.1, p.258-276, abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43565/24613>. Acesso em: 3 mar. 2023.

OITO polêmicas das políticas de Bolsonaro para educação, alvo de protestos nesta quarta. **ÉPOCA**, 14 de maio de 2019. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/05/oito-polemicas-das-politicas-debolsonaro-para-educacao-alvo-de-protestos-nesta-quarta.html>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SAAD, A. **Brasil neoliberalismo versus democracia**. Boitempo Editorial, 2018, São Paulo, SP.

SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil em 2022**. São Paulo: SEMESP, 2022.

SENA JÚNIOR, C. Z. Obscurantismo e anticientificismo no brasil bolsonarista: anotações sobre a investida profascista contra a inteligência e a ciência no Brasil. **Cadernos do GPOSSHE Online**, v. 3, n. 1, p. 21-49, out. 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/view/1987/1728>. Acesso em: 28 mar. 2023

PROMOÇÃO



APOIO

